

DO “OUTRO” LADO DO OCIDENTE: A CRISE UCRANIANA E A “AMEAÇA RUSSA” NOS DISCURSOS DA OTAN

Boris Perius Zabolotsky*
Fabiano Pellin Mielniczuk**

RESUMO

A tensão no relacionamento entre a Rússia e a OTAN durante a crise da Ucrânia de 2014 atingiu patamares jamais vistos desde o final da Guerra Fria. Porém, a recente fricção de forças entre os dois atores não é algo essencialmente novo, mas, em verdade, um processo que evoluiu a *pari passu* com a expansão da aliança militar ocidental para as fronteiras russas cujos efeitos continuam a moldar a arquitetura securitária europeia. Neste artigo, pretende-se analisar a constituição da “ameaça russa” evidenciado nos discursos da OTAN no contexto da crise da Ucrânia enquanto um processo derivado de uma política discursiva pré-existente que serve para reforçar e realçar as diferenças entre o Ocidente e Moscou. Argumenta-se que a elevação da constituição da Rússia como ameaçadora e oposta à OTAN é a condição que sustenta a coesão identitária entre os seus membros, o que é requisito *sine qua non* para a manutenção e aprimoramento do vigor político da aliança militar. Para analisar tal objeto, este trabalho adota como perspectiva teórica o pós-estruturalismo e aplica-se o modelo metodológico de análise de discurso de Lene Hansen (2006).

Palavras-Chaves: OTAN; Rússia; Pós-estruturalismo.

ABSTRACT

The tension in Russia-NATO relations reached unprecedented levels during the Ukrainian crisis of 2014. The recent friction of forces between the two actors is not something essentially new though. In fact, it is a new stage in the process that evolved in parallel with the alliance's expansion to Russian borders, whose effects are still

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) pela mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail: boris_pz21@hotmail.com

** Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (2019-2024) da UFRGS. Doutor em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio, mestre em Relações Internacionais pelo mesmo Instituto e graduado em Ciências Sociais pela UFRGS, com ênfase em Ciência Política. E-mail: fabiano.mielniczuk@ufrgs.br

shaping the European security architecture. In this article, we treat the constitution of the “Russian threat” that reemerged in NATO’s speeches in the context of the Ukrainian crisis as a process derived from a pre-existing discursive policy that serves to reinforce the differences between the West and Moscow. It is argued that the casting of Russia as a threat opposed to NATO is the condition that sustains the identity cohesion among its members; hence, it is a *sine qua non* requirement for maintaining and improving the military alliance’s political strength. In order to advance the argument, the paper adopts a post-structuralist perspective deploying the methodological model of discourse analysis offered by Lene Hansen (2006).

Key-Words: NATO; Russia; Post-structuralism.

Introdução

A crise da Ucrânia em 2014 deflagrou um novo estágio no acirramento das disputas entre OTAN e Rússia, de modo a revelar um cenário de improvável reconciliação entre os dois atores. Os desdobramentos desta crise obstruíram sumariamente a inexpressiva e já declinante cooperação securitária entre a Aliança Ocidental e a Rússia estabelecida desde o final da Guerra Fria. Em consonância a esta conjuntura, a cúpula de Newport em 2014, marca um ponto de inflexão crucial da postura da OTAN em relação à Moscou. Neste contexto, o trato e a percepção da aliança militar em relação ao Kremlin muda radicalmente e a identidade da Rússia dentro da OTAN assume um papel antagônico e ameaçador. À vista disso, a declaração final da cúpula de 2014 assume que “as ações agressivas da Rússia [...] desafiaram fundamentalmente nossa visão de uma Europa inteira, livre e pacífica” (NATO, 2014a)

Neste artigo argumentamos que a histeria antirrusa eleva o teor de uma política discursiva pré-existente de construção do “Outro” russo. À medida que o “perigo” se torna espacializado na Rússia e o senso de superioridade identitária da OTAN é resgatado, a identidade ocidental se aglutina em torno de uma resposta conjunta à esta ameaça. Isto reforça as posições dos membros da Aliança na defesa de seus valores coletivos, o que permite aprimorar a sua coesão interna para responder a esta ameaça.

A crise ucraniana representa o auge de um movimento de enquadramento da Rússia enquanto o “par oposto” à definição de uma identidade coletiva dos países membros da aliança militar. Tal dinâmica desempenha um papel crucial no desiderato de reiterar e

consolidar as fronteiras de uma comunidade geograficamente circunscrita com base na divisão entre os “países ocidentais,” “democráticos” e “moderados” da OTAN e a Rússia enquanto “agressiva,” “não democrática” e “irracional.”

Esta lógica, pois, circunscreve a divisão do espaço europeu entre os “membros da Aliança” e os “Outros” – leia-se, Rússia. É com base nesta ontologia que se busca interpretar os efeitos da crise ucraniana na relação OTAN-Rússia. Dessa forma, este artigo entende o vigor político da OTAN como um processo performático amparado por critérios ideacionais e discursivos que articulam a natureza das identidades e os interesses dos atores envolvidos. Neste caso, busca-se expor como a Crise da Ucrânia em 2014 foi um fator crucial para o recrudescimento de uma identidade coletiva da OTAN que se constrói em oposição à Rússia.

Os argumentos da teoria pós-estruturalista permitem inferir que as identidades não são fixas por natureza, pré-discursivas ou planejadas por um comportamento intencional. Pelo contrário, as identidades são performaticamente delimitadas a partir da diferença e da oposição; a referência do que é “interno” só pode ser constituída ou reconhecida se atrelada ao que é “externo.”

A definição do que é entendido como um tema de “segurança nacional” ou de “interesse nacional” dentro dos Estados e instituições é uma forma particular de construção da identidade que mobiliza “ameaças” como uma forma radicalmente oposta. O que se articula neste processo enquanto a representação do “Eu” nacional é o resultado da apresentação de um “Outro” ameaçador; nesta lógica, o interno e o externo estabelecem uma relação de codependência de oposição entre eles. Nesta visão, as percepções sobre a segurança são relativas aos valores da identidade cultivadas pelos Estados e as “ameaças” são representações daquilo que é oposto a expressão de sua auto concepção - o que “não se é” (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

Em termos metodológicos aplica-se o modelo de análise de discurso apresentado por Lene Hansen (2006). Assim, este estudo aborda a OTAN enquanto um sujeito político dotado de uma identidade independente e partilhada entre os seus membros. Portanto, este trabalho se baseia na construção de um único “Eu,” neste caso, a aliança militar ocidental. Quanto ao recorte temporal aqui utilizado, esta pesquisa se apoia, principalmente, na análise de discurso da declaração final da cúpula de Newport ocorrida em

2014¹, durante o decorrer da Crise da Ucrânia. Além disso procurarse-á analisar falas neste período do Secretários Geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen.

A seleção destas fontes como suporte para análise discursiva aqui empregada justifica-se pela ampla repercussão doméstica e internacional e pela legitimidade que possuem enquanto entidades autorizadas para falar em nome da Organização e dos membros que a compõe. As declarações finais são documentos elaborados e assinados pelos chefes de Estado e de governo de cada país membro e estabelecem as principais diretrizes da OTAN para cada ano.

O restante do artigo está dividido em quatro seções. A seção 2 apresenta o embasamento teórico do artigo. A seção 3 trata brevemente do papel histórico da Rússia na formulação da identidade ocidental. Na quarta seção analisa-se a situação da cúpula de Newport, momento em que a OTAN reforça sua condição “superior” como garantidora da paz e da estabilidade na Europa e revigora sua coesão identitária interna a partir da oposição a um “Outro” (Rússia) ameaçador e hostil. Nas considerações finais, o argumento é revisitado e a responsabilização pelos conflitos no leste da Europa é imputada ao mecanismo de construção identitária da OTAN em oposição à Rússia.

O discurso, identidade e segurança: a dimensão inescapável da política

De acordo com Walker (1993), o princípio da soberania - fundado na demarcação territorial do Estado - oferece uma solução ao problema da identidade, aprisionada entre os extremos do contínuo compreendido entre o particular e do universal. O Estado soberano passa a ser entendido como uma unidade aparelhada de particularidades, cuja organização de seu interior (*inside*) o tempo é universal – conferindo ao espaço doméstico padrões universalizantes de valores e identidades, ordem, progresso, democracia e harmonia -, ao passo em que o espaço externo (*outside*), regido pela estrutura anárquica internacional, e pela ausência de regras, é circunscrito como uma reprodução atemporal dominada por perigos, conflitos, dissenso, repetições e inimigos (WALKER, 1993). Sobre o tema, *in verbis*:

¹ Cúpula de Newport/Cardiff (Reino Unido) 4-5 set. 2014;

A "anarquia" das relações internacionais pode então ser lida como a condição tácita que torna possíveis todas as reivindicações de universalidade dentro dos Estados. Violência fora permite paz e justiça dentro. Daí o caráter muito especial da "política de defesa" ou "segurança nacional" como algo que ultrapassa os limites da política como de costume. A política de defesa é geralmente entendida em relação à garantia de limites da ameaça externa. É pelo menos tão importante entendê-la como uma prática destinada a inscrever os limites da política normal, um patrulhamento das fronteiras internas, uma disciplina de reivindicações de autoridade soberana e identidade nacional. (WALKER, 1993, p. 151)²

Desta feita, o interno e o externo não são simplesmente duas esferas políticas distintas e autônomas, mas sim entidades nitidamente constituídas em oposição uma à outra. Esse delineamento alicerçado de diferenças radicais entre interno e o externo ratifica não somente o "discurso de segurança", mas também define as bases do "interesse nacional". Ambas noções estão imbuídas de conteúdo político essencial para o processo de construção das identidades e são imprescindíveis para entender as estratégias da política externa enquanto uma reprodução repetitiva da existência de um "Eu" nacional que precisa de proteção contra um "Outro" cuja (des)caracterização é radicalmente ameaçadora (CAMPBELL 1992; HANSEN 2006)

A partir desta perspectiva o processo de formulação de identidades pode ser descrito como um sistema cognitivo com base em uma dinâmica que estabelece os seus pilares a partir de processos de diferenciação e de exclusão do que é o "externo" (o Outro) para definição do que é o "interno" (o Eu). Identidade e diferença são dependentes e se constituem mutuamente por intermédio constante de uma série de conexões e superposições de diferentes signos e daquilo que é negado. Não há identidades objetivas ou estáveis, mas sim identidades constantemente atualizadas, negociadas e reformadas, pois elas variam de modo

² Do original em inglês: "The 'anarchy' of international relations might then be read as the tacit condition that makes all claims to universality within states possible. Violence outside permits peace and justice inside. Hence the very special character of 'defence policy' or 'national security' as somehow beyond the limits of politics as usual. Defence policy is usually understood in relation to the securing of boundaries from external threat. It is at least as important to understand it as a practice intended to inscribe the boundaries of 'normal' politics, a patrolling of the borders at home, a disciplining of claims to sovereign authority and national identity within" (WALKER, 1993, p. 151, tradução nossa).

performático de acordo com a adoção de determinadas práticas políticas discursivas (WEBER, 2016). Nesse sentido, os discursos de política externa formatam uma representação da realidade a partir de uma determinada interpretação que não depende exclusivamente de condições objetivas para a sua validade (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006)

Para Campbell (1992) a localização de ameaças no “externo” é uma condição fundamental para a própria existência do Estado enquanto agente político que detém o monopólio do discurso de “segurança nacional” e das questões de “interesse nacional”. Tal característica confere ao Estado o domínio na construção de uma predeterminada identidade nacional fundada na sensação perene de insegurança. Nessa lógica, o Estado não pode ser interpretado como uma entidade regular alicerçado em seu “ato fundador”, mas sim como uma contínua busca de “ser” que é performaticamente pautada pela repetição (CAMPBELL, 1992, p. 10-12).

A partir dessa perspectiva, a política externa se define como uma “fronteira específica que produz o desempenho político, “construindo discursivamente perigos e medos, enquadrando os indivíduos nas linhas de limítrofes entre o “interior” e o “exterior”. Nestas circunstâncias, a política externa é um recurso que, autorizado pela repetição do discurso do “Estado protetor” das ameaças vindas do mundo anárquico, busca a consolidação de uma identidade nacional em sua população a partir da exclusão e depreciação do que é o “estrangeiro” e “perigoso” e do destaque daquilo é relativo à singularidade daquele Estado (CAMPBELL, 1992).

Com base nesta ontologia, Hansen (2006) propõe um modelo analítico para se pensar e analisar a construção da diferença do “Outro” presente no discurso de política externa do “Eu.” Segundo a autora, o processo de formação identitária é “relacional, discursivo, político e social.” A lógica em que o “Eu” nacional constitui o “Outro” se desenvolve por intermédio de um processo de gradação da diferença, podendo variar do “familiar” ao radicalmente “diferente.” Tal curso pode ser teorizado a partir da utilização de duas lógicas simultâneas e complementares - pela lógica de diferenciação/ligação e pela articulação da identidade em termos espaciais, temporais e éticos (HANSEN, 2006).

A dialética de construção da identidade não envolve apenas a dicotomia entre o “Eu” e o “Outro,” mas uma série de dicotomias relacionais e justaposições que formulam processos de vinculação e diferenciação. A construção de significados e as identidades são

estimuladas discursivamente por um conjunto de signos que estão conectados uns aos outros; em verdade, constituem-se como relações de igualdade em oposição a uma relação de diferenciação para outra série de signos justapostos. Registre-se, por oportuno, que nesse processo de construção há sempre uma lacuna entre eles, de forma que, mesmo estando ligados uns aos outros, eles nunca são completamente iguais (HANSEN, 2006).

Além do processo de vinculação e diferenciação, Hansen (2006) introduz três elementos estruturantes da construção discursiva relacionados às dimensões espaciais, temporais e éticas da identidade. As definições de tempo, espaço e ética possuem o mesmo *status* ontológico, ainda que determinados textos ou narrativas possam estar mais atrelados a um destes três elementos, pois variam de acordo com o contexto no qual foram proferidos. Apesar disso, o discurso se articula de tal modo que, ao se evocar uma das dimensões, as demais acabam sendo reforçadas e/ou complementadas, criando categorias de superioridade.

A definição da construção espacial envolve a delimitação de fronteiras e espaços que circunscrevem uma determinada identidade, enquanto um “espaço político” ou “Estado.” Ainda, a espacialidade da identidade pode ser definida em termos de política abstrata, a partir de ideia de “civilização,” “terroristas” ou “comunidade internacional” (HANSEN, 2006).

A dimensão temporal da identidade pode ser entendida a partir de uma lógica que define o “Eu” enquanto superior ou inferior ao tempo do “Outro” de modo a contrastar o progresso político e o desenvolvimento econômico com o atraso e intransigência. As construções temporais envolvem um sentido que posicionam os sujeitos em relação ao tempo, e podem conter temáticas envolvendo a possibilidade de transformação, continuidade ou estagnação. A dimensão temporal pode ser representada a partir de construções binárias como: “desenvolvido/subdesenvolvido,” “democrático/autoritário,” “rico/pobre” e “civilizado/bárbaro.” (HANSEN, 2006)

Por fim, a construção ética da identidade é altamente baseada no processo de legitimação de uma determinada ação perante suas audiências nacionais. Isto implica em uma preocupação discursiva com a “moralidade” ou em um senso “ético” particular de “responsabilidade” em proteger uma população ou país ou de defender uma determinada política (HANSEN, 2006, p. 41-45).

Na próxima seção, ressaltamos o lugar de destaque que a Rússia ocupa como o Outro no processo de construção da

identidade ocidental e apresentaremos um modelo para a compreensão da relação OTAN-Rússia com base na proposta de Hansen (2006).

A construção do “Outro”: o papel da Rússia na formulação da Identidade Ocidental

Iver Neumann (1998; 1999), desenvolve um estudo com base na análise da percepção e representação da Rússia na construção da identidade europeia ocidental desde os tempos da Moscóvia, passando pela Revolução Russa de 1917 até o pós-Guerra Fria. As representações do “Outro” – leia-se Rússia -, na Europa, adquiriram diferentes variações ao longo deste período; construções temporais, morais e espaciais como o cristianismo, civilidade e tipo de regime político foram utilizadas pelos Estados europeus para historicamente reforçar a diferença entre a sociedade dita “ocidental” e a russa (NEUMANN, 1998; 1999).

Durante os séculos XVI e XVII, fase transitória do Principado de Moscou para o Czarismo, o fator religioso foi utilizado como fonte para realçar as diferenças entre os eslavos e os povos europeus do Ocidente. Os relatos sobre a Rússia na construção social da Europa questionavam a condição dos russos enquanto cristãos, e a religião ortodoxa russa enquanto representante fidedigna dos valores do cristianismo. Os relatos dos contatos entre europeus e sacerdotes russos geralmente salientavam a “falta de erudição” dos russos e denominavam suas práticas religiosas como ensinamentos hereges e não-cristãs (NEUMANN, 1998, p. 59-60). A versão “autorizada” reproduzida pelos diplomatas e políticos europeus interpretava os hábitos culturais russos como bárbaros, selvagens e infiéis, cujas tradições políticas estavam mais próximas da Ásia do que da Europa (NEUMANN, 1998)

De modo similar, Wolff (1994) argumenta que a criação no século XVIII da sub-região “Europa Oriental” enquanto filosoficamente e moralmente separada da Europa Central consolidou a ideia da “civilização europeia ocidental” como exclusiva e autocentrada (WOLFF, 1994). Tal construção se tornou especialmente pronunciada no contexto da Guerra da Crimeia, quando o “atraso” russo, em termos de instituições, normas políticas e legais, foi incorporado para justificar a aliança do Reino Unido e da

França com um império muçulmano (Turquia) contra um cristão (Rússia). Este contexto demarcou ainda mais o relevo da construção da Rússia como o “Outro” da Europa, bem como definiu a secularização política dos Estados europeus em oposição ao Império Russo (MOROZOV, RUMELILI, 2012).

No período da Guerra Fria o discurso dominante nos países europeus ocidentais em relação à Moscou ascendeu da diferença para uma ameaça à existência do “Eu” que percebia a União Soviética como um país cujo objetivo principal era o expansionismo. O discurso europeu que anteriormente representava os russos pela dicotomia civilizado/bárbaro e europeu/asiático foi substituído, no século XX, pela representação dos soviéticos e de seu modelo político pela oposição “Europa democrática” *versus* “URSS autoritária e expansionista.” Nesse sentido, a construção social da União Soviética se tornou parte integrante do cotidiano político europeu como anteparo identitário (NEUMANN, 1998):

A construção social da União Soviética como uma verdadeira ameaça militar e, até certo ponto, também uma ameaça política, era tão difundida que foi e é usada de forma ubíqua na definição de um período da história europeia: a Guerra Fria. O “Outro” se inscreveu na dimensão temporal da identidade do “Eu” europeu, dando nome a um período de sua história (NEUMANN, 1998, p. 30-31)³.

O colapso do bloco soviético e ausência de uma ameaça militar evidente conferiram ao Ocidente e, principalmente, à OTAN, não somente a capacidade de superar sua obsolescência, mas sobretudo permitiram a institucionalização de valores civilizacionais ocidentais como princípios democráticos, neoliberais e globalizantes entre seus membros. Com base nesta visão, Williams e Neumann (2000) argumentam que:

A Guerra Fria, tantas vezes vista como a lógica definidora da OTAN e pela luta racional de poder, pode agora ser apresentada como um infeliz desvio histórico, um período anômalo durante o qual a verdadeira natureza e identidade da OTAN foi subjugada por uma lamentável necessidade militar, o que permitiu a OTAN retornar ao seu verdadeiro papel histórico (WILLIAMS; NEUMANN, 2000, p.

³ Do original em inglês: “The social construction of the Soviet Union as an actual military and to some extent also a political threat was so pervasive that it was and is ubiquitously used in the delineation of a period of European history: the Cold War. The Other inscribed itself in the temporal dimension of the European self’s identity by giving name to a period of its history” (NEUMANN, 1998, p. 30-31, tradução nossa).

Com base neste entendimento, processos de mudanças radicais no cenário internacional abrem margem para a (re)articulação de novos significados e representações o que, por sua vez, permite a revisão de determinadas políticas na ordem emergente. Este contexto específico indubitavelmente envolve interpretar os processos de (re)formulação de novas identidades a partir das tensões geradas na busca por privilegiar determinadas narrativas e legitimar significados particulares que conferem graus de excepcionalismo ao reconhecimento desta identidade atual em detrimento de outras. Um componente central nesse processo é a maneira pela qual organizações como a OTAN fornecem um *locus* específico para o credenciamento de identidades autorizadas e para a articulação de reivindicações (WILLIAMS, NEUMANN, 2016).

No período posterior à Guerra Fria, especialmente nos anos 90, surgem duas percepções principais da Europa em relação à Rússia. A primeira imagem relaciona a Rússia como um país mais próximo do “Eu” europeu na condição de “aprendiz” devido às suas mudanças políticas e econômicas. A segunda imagem se refere à Rússia como uma ameaça em potencial caso Moscou retomasse o nacionalismo de outrora. Para Neumann (1998) as duas representações são, de algum modo, complementares, contingentes e altamente contraditórias. A identidade temporal russa na posição de “aprendiz” naturalmente pressupõe em sua essência um desequilíbrio e uma relação de poder entre aquele que “aprende” (Rússia) e aquele que “ensina” (Ocidente). Para o Kremlin existe uma tensão inerente entre aceitar o papel de “aprendiz” da Europa e defender a posição de que a Rússia continua sendo uma grande potência europeia. Tal noção, portanto, pressupõe algum tipo de equilíbrio com outras grandes potências europeias e o reconhecimento da Rússia como um “igual.” (NEUMANN, 1998).

Tal construção que delimita a identidade de Moscou à posição de aprendiz, igualmente coloca a Europa em um posto capaz de condenar e sancionar determinadas punições à Rússia caso ela retome seu projeto de “grande potência.” No entanto, como em toda

⁴ Do original em inglês: “The Cold War, so often seen as NATO’s defining rationale and forging struggle, could now be presented as an unfortunate historical deviation, an anomalous period during which NATO’s true nature and identity was overwhelmed by a regrettable military necessity, the passing of which allowed NATO to return to its true historic role” (WILLIAMS; NEUMANN, 2000, p. 369, tradução nossa).

relação “professor-aluno,” existe um limite estabelecido para a aplicação de determinadas sanções, ou seja, até que o “aprendiz” passe a desafiar a autoridade e os ensinamentos daquele que lhe ensina. Neumann (1998) argumenta, neste caso, que para diminuir as possibilidades de o “aluno” desafiar a autoridade e o conhecimento do “professor” se faz necessário moldá-lo como um semelhante, e não diferente de si; queda-se indispensável, enfim, ao “professor” conferir ao seu “aluno” algum grau de reconhecimento. Neste sentido, a construção da Europa em relação à Rússia não busca reconhecê-la como uma “igual”, o discurso autorizado europeu interpreta reiteradamente Moscou não como uma grande potência de pleno direito, mas como uma grande potência “por cortesia.” Nesse aspecto, este relacionamento a médio-longo prazo pode, novamente, sublinhar ainda mais as diferenças do que as semelhanças entre as duas partes servindo, sobretudo, para reificar a construção da Rússia como o “Outro” europeu (NEUMANN, 1998, p. 30-31).

A partir deste contexto de afastamento espaço-temporal de Moscou em relação à OTAN que se firmou duas tentativas pouco exitosas de cooperação entre a aliança militar e a Rússia. No caso em tela, destaca-se o “Ato Fundador de Relações Mútuas, Cooperação e Segurança” firmado em 1997 e o “Conselho OTAN-Rússia” de 2002. Ambos acordos de caráter consultivo não proporcionavam às partes qualquer direito a veto às ações do outro. Neste sentido, Behnke (2013) argumenta que Moscou e a aliança militar assumem duas categorias distintas podendo “falar e agir em paralelo” não atuando como membros de uma entidade unificada. Assim, a arquitetura de segurança europeia passa a ser caracterizada como uma ordem espacial paradoxal e contraditória: um interior contendo dentro de si dois externos (BEHNKE, 2012)

Percebe-se nos dois casos em questão a estagnação da identidade russa na OTAN a partir da preservação do caráter exógeno e inferior de Moscou com a manutenção de seu *status* de limbo institucional, sem poder de decisão, em uma organização definida e pensada pelo Ocidente. Ou seja, ao passo que a aliança oferece à Rússia estes mecanismos de cooperação, mas ao mesmo tempo nega poder decisório, ela condiciona Moscou à boa-vontade dos membros da OTAN no que tange à sua política de expansão. Por assim dizer, tais arranjos institucionais solidificam a percepção ocidental do caráter inferior da Rússia enquanto um ente ainda não “digno” de associação plena.

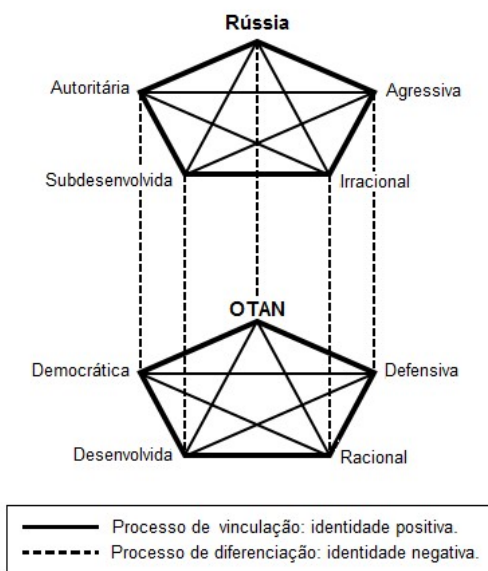
A articulação discursiva de superioridade ética, espacial e

temporal da identidade ocidental não só possibilitou a expansão da organização até às fronteiras russas como também permitiu, com êxito, reinventar e reimaginar o papel político da OTAN enquanto um ator global. Neste contexto, a atuação política da aliança e o combate às ameaças a esta identidade se torna mundial. Tal construção demarcou ainda mais a sua idealização tempo-moral interna, baseada na democracia e no progresso, contra supostas ameaças externas que deturpem a ordem deste espaço.

A constituição deste espaço de superioridade tempo-moral igualmente projetou a OTAN e o seu expansionismo como o provedor da estabilidade mundial, de modo a inferir que ir contra suas políticas de “alargamento” é ir contra a promoção da paz e da prosperidade na Europa. A posição ambígua da Rússia neste processo, às margens da OTAN, como um *outsider* de dentro, deslocava Moscou da identidade ocidental e ao mesmo tempo fixava a temporalidade russa por uma dinâmica paradoxal que simultaneamente a aproxima do “Eu” mas também a afasta, em uma busca constante de “algo a ser,” jamais finalizada. Nesta lógica, as proposições russas foram aos poucos sendo frustradas pelo tratamento desigual recebido pelo Ocidente e ela passa a denunciar obstar de modo mais incisivo o contínuo expansionismo da OTAN e de seus valores.

Com base na abordagem de Hansen (2006) apresentada na seção anterior, fica claro que a construção da Rússia apenas como diferente da OTAN não fornece automaticamente muito significado, a menos que essa construção esteja situada dentro de um discurso que privilegie e desvalorize certos signos. Desse modo, apresenta-se a identidade da OTAN por meio de um processo positivo de ligação como o lado “democrático,” “defensivo,” “estável,” “moderado,” e “desenvolvido” justaposto à uma classe de elos negativos de diferenciação com a Rússia, como o lado “não-democrático,” “instável,” “agressivo,” e “irracional.” Um modelo do processo de vinculação e diferenciação entre a OTAN e a Rússia pode ser visto na figura abaixo:

Figura 1 – Processo de vinculação e diferenciação entre a “Rússia” e “OTAN”



Fonte: Adaptado de Hansen (2006).

Tal curso se torna ainda mais acentuado no contexto da Crise da Ucrânia, momento em que a Aliança abandona a posição híbrida de Moscou e a insere em uma narrativa de “perigo iminente” à ordem e a estabilidade na Europa, utilizando-se da Rússia como anteparo identitário que legitima a reificação do “Eu” Ocidental. A próxima seção trata especificamente da reação da Aliança à crise ucraniana.

A agressão do “Outro” Russo e a Constituição do “Eu” OTAN

A cúpula de Newport foi descrita como a “mais importante desde a queda do muro de Berlim” (HJELMGAARD, 2014). Na abertura da cúpula o primeiro-ministro britânico já evidenciava as razões deste evento ser tão importante para Aliança, indicando uma mudança radical na situação securitária transatlântica comparada às cúpulas anteriores: “Ninguém irá sair daqui com a menor dúvida de que nossa segurança coletiva na OTAN é tão forte quanto jamais foi” (CAMERON, 2014). Diante da “crise mais séria da Europa desde a queda do muro de Berlim” (RASMUSSEN, 2014a), o resgate do senso de comprometimento, indivisibilidade e comunidade entre os membros se torna a tônica principal da cúpula. Para tanto, a Rússia passa a ser utilizada como anteparo de oposição primário no qual a identidade da OTAN e a sua coesão interna é articulada.

Na declaração final de Newport, Moscou se converte na principal fonte de ameaça para a OTAN de acordo com o explicitado nas 40 vezes das 44 que a Rússia é mencionada no documento. Nessas referências, a Rússia é (des)caracterizada como “agressiva,” “provocativa,” “ilegal” e “oposta.” Conforme descrição constatada já no primeiro parágrafo da declaração: “As ações agressivas da Rússia contra a Ucrânia desafiaram fundamentalmente a nossa visão de uma Europa inteira, livre e em paz”⁵ (NATO, 2014a).

Observa-se, neste sentido, a ruptura dos padrões anteriores de evocação de ameaças ao “Eu” havendo a substituição clara de ameaças transnacionais e/ou globais cuja detecção da origem é incerta como o caso do “terrorismo,” “ciber-guerra” e “mísseis balísticos,” para a espacialização localizada explicitamente na Rússia. Tal construção reforça ainda mais a separação entre o interno e o externo, a partir do incremento da relação espacial entre o interior, “puro,” “pacífico” e “livre” e o exterior “perigoso” “maligno” e “hostil.” O ambiente securitário transatlântico a partir da Crise da Ucrânia se utiliza deste arranjo discursivo que ilustra a ameaça pela metáfora espacial concreta para demarcar o relevo da linha geográfica que divide as identidades aglomeradas internamente na OTAN e a Rússia, externa e belicosa.

A partir da mesma licença moral e temporal de uma construção discursiva precedente que durante o pós-Guerra Fria restringiu a presença de Moscou na OTAN a um papel lateral e

⁵ Do original em inglês: “Russia's aggressive actions against Ukraine have fundamentally challenged our vision of a Europe whole, free, and at peace” (NATO, 2014a, tradução nossa).

secundário (POULIOT, 2010; LUKYANOV, 2016), neste novo quadro se autoriza a condenação e responsabilização coletiva da Rússia por estes atos na Ucrânia:

Condenamos nos termos mais fortes a crescente e ilegal intervenção militar da Rússia na Ucrânia e exigimos que a Rússia pare e retire suas forças de dentro da Ucrânia e ao longo da fronteira ucraniana. Esta violação da soberania e integridade territorial da Ucrânia é [...] um grande desafio para a segurança euro-atlântica. Nós não reconhecemos e não reconheceremos a “anexação” ilegal e ilegítima da Crimeia. [...] Estamos profundamente preocupados com o fato de a violência e a insegurança na região, provocadas pela Rússia e pelos separatistas apoiados pelos russos, estarem a provocar uma deterioração da situação humanitária e a destruição material no leste da Ucrânia. Assistimos a uma campanha concertada de violência por parte da Rússia e de separatistas apoiados pela Rússia, visando desestabilizar a Ucrânia como Estado soberano (NATO, 2014a).⁶

Nas cúpulas anteriores, as ameaças “abstratas” e o combate a um “adversário teológico” (DALBY, 2008) foram utilizadas como justificativa para a aliança se expandir até às fronteiras russas. À medida que este avanço era consolidado, as mesmas prerrogativas foram empregadas para justificar a “postura global” da OTAN; legitimava-se a reestruturação de suas capacidades militares na Europa. A partir dos episódios na Ucrânia, este aparato militar pode ser aplicado para conter a “ameaça russa.” Assim, o relevo da espacialização da ameaça circunscrita na fronteira leste da aliança, associado às categorias previamente construídas de superioridade moral e temporal da identidade da OTAN, cujo alicerces se baseiam na construção discursiva de uma “Europa inteira, livre e em paz,” fundamentam a adoção do discurso da “agressão russa” na Ucrânia. Desse modo, a OTAN fortalece a concepção espacial e moral de afirmação e relevância da identidade de seus membros como “uma fonte essencial de estabilidade neste mundo imprevisível” (NATO,

⁶ Do original em inglês: “We condemn in the strongest terms Russia’s escalating and illegal military intervention in Ukraine and demand that Russia stop and withdraw its forces from inside Ukraine and along the Ukrainian border. This violation of Ukraine’s sovereignty and territorial integrity is [...] a major challenge to Euro-Atlantic security. We do not and will not recognise Russia’s illegal and illegitimate ‘annexation’ of Crimea. [...] We are deeply concerned that the violence and insecurity in the region caused by Russia and the Russian-backed separatists are resulting in a deteriorating humanitarian situation and material destruction in eastern Ukraine. [...] We see a concerted campaign of violence by Russia and Russian-backed separatists aimed at destabilising Ukraine as a sovereign state” (NATO, 2014, tradução nossa).

2014a). Tais construções convergem com um conjunto de medidas militares voltadas para responder às ações “hostis” da Rússia e fortalecer o papel primário de sua segurança coletiva:

[...] A fim de assegurar que a nossa Aliança esteja pronta para responder rápida e firmemente aos novos desafios de segurança, aprovamos hoje o Plano de Ação de Prontidão da OTAN (RAP), um pacote de medidas necessárias para responder às mudanças no ambiente de segurança nas fronteiras da OTAN [...] representados pelos desafios colocados pela Rússia e suas implicações estratégicas (NATO, 2014a).⁷

Este conjunto de medidas de recrudescimento da presença militar da OTAN na Europa Oriental para responder às instabilidades emanadas da Rússia são, sobretudo, articuladas a partir de um senso ético da identidade da OTAN cuja representação do quadro de “agressão russa” remete a um chamamento à ação, uma responsabilidade moral em agir para garantir sua segurança coletiva. Tais representações igualmente constituem hierarquias espaço-temporais entre os envolvidos, diferenciando os que estão situados para “assegurar” a segurança da Europa (OTAN) *versus* os que causam a insegurança ou a “agressão” (Rússia). Nesta perspectiva, o flanco leste, por sua proximidade com a Rússia, recebe destaque especial como destino principal das forças militares e estratégicas da aliança, conforme explicitado no trecho: “As medidas de garantia incluem presença contínua aérea, terrestre e marítima e atividade militar significativa na parte leste da Aliança”⁸ (NATO, 2014a).

À luz deste cenário, a aliança assume a responsabilidade de proteger os “aliados mais vulneráveis,” supostamente em “perigo”, diante da “ameaça russa” no Leste, o que, por sua vez, molda as prioridades de segurança das periferias em torno das prioridades do centro Euro-Atlântico. Estes fenômenos de moldagem de

⁷ Do original em inglês: “Our Alliance remains an essential source of stability in this unpredictable world. In order to ensure that our Alliance is ready to respond swiftly and firmly to the new security challenges, today we have approved the NATO Readiness Action Plan (RAP), package of necessary measures to respond to the changes in the security environment on NATO’s borders [...] It responds to the challenges posed by Russia and their strategic implications” (NATO, 2014a, tradução nossa).

⁸ Do original em inglês: “The assurance measures include continuous air, land, and maritime presence and meaningful military activity in the eastern part of the Alliance, both on a rotational basis” (NATO, 2014a, tradução nossa).

percepções recriam e concentram o foco na ameaça à fronteira oriental e fornecem um papel fundamental aos “novos” membros da aliança que passam a ser os principais receptores dos gastos em defesa da OTAN. De acordo com Sakwa (2016), ao deslocar o maior conjunto de forças militares para a parte oriental, nas fronteiras russas, eleva-se as tensões entre a Rússia e o Ocidente, de modo a mimetizar uma competição semelhante àquela ilustrada durante a Guerra Fria (SAKWA, 2016)

Em face deste novo ambiente securitário a Aliança se utiliza da narrativa sobre as ações ilegais de Moscou para intensificar sua parceria e apoio à Ucrânia, colocando-se como um parceiro indispensável para a reestruturação do setor de defesa e segurança daquele país. Tal construção ratifica a posição de Kiev como um “igual” e adensa a oposição identitária espaço-moral entre a “OTAN que protege” e a “Rússia que ataca.”

Elogiamos o povo da Ucrânia pelo seu compromisso com a liberdade e a democracia e a sua determinação em decidir o seu próprio futuro e o seu curso de política externa [...] Encorajamos a Ucrânia a continuar a promover um processo político inclusivo, baseado em valores democráticos e no respeito pelos direitos humanos, minorias e estado de direito. Congratulamo-nos também com a decisão da UE de lançar uma missão da Política Comum de Segurança e Defesa para apoiar a Ucrânia no domínio da reforma do setor da segurança civil, incluindo a polícia e o Estado de direito. [...] Esses esforços são projetados para melhorar a capacidade da Ucrânia de fornecer sua própria segurança (NATO, 2014a).⁹

Imperioso salientar que a caracterização da Ucrânia como uma vítima inocente da “agressão russa” cujo futuro foi repentinamente subtraído por uma potência externa, anula a participação Ocidental no conflito (para esse envolvimento, ver Mielniczuk (2014)). O trecho acima explicita o conteúdo ético da identidade ocidental que mesmo não sendo a fonte “causadora” do

⁹ Do original em inglês: “We commend the people of Ukraine for their commitment to freedom and democracy and their determination to decide their own future and foreign policy course free from outside interference. We encourage Ukraine to further promote an inclusive political process, based on democratic values and respect for human rights, minorities, and the rule of law. We also welcome the decision by the EU to launch a Common Security and Defence Policy mission to assist Ukraine in the field of civilian security sector reform, including police and the rule of law. [...] These efforts are designed to enhance Ukraine’s ability to provide for its own security” (NATO, 2014a, tradução nossa).

conflito se torna duplamente responsável pela Ucrânia, conferindo-lhe um senso de missão. A aliança se coloca como fonte de ajuda humanitária ao “povo ucraniano” reprimido pela Rússia e se utiliza desta crise como plataforma para a difusão de seus valores no sentido de expor que somente uma Ucrânia “firmemente empenhada na democracia irá garantir a segurança euro-atlântica” (NATO, 2014b). Desse modo, a partir da projeção de sua identidade a organização entrelaça a sua segurança enquanto intimamente ligada à segurança ucraniana.

Nessa lógica, a autoria do conflito e as instabilidades derivadas deste processo são, portanto, imputadas à Moscou, conforme o trecho: “a atividade militar unilateral da Rússia na Ucrânia e em seus arredores minou a paz, a segurança e a estabilidade em toda a região” (NATO, 2014a). Assim, a construção da narrativa sobre a instabilidade na Europa a partir da crise na Ucrânia é formatada como um produto da “agressão russa,” um efeito sintomático do “imperialismo russo” na região euro-atlântica cujas origens não encontram respaldo discursivo sobre o papel da OTAN na desestabilização da Ucrânia e na deposição do Presidente Yanukovich. Destarte, não se admite uma falha inerente à identidade ocidental derivada da imposição de seus valores, mas estende-se a culpa à uma força exógena que agiu “unilateralmente” e, portanto, oposta ao ocidente, ou seja, a Rússia. Nas palavras de Rasmussen:

“Lamentavelmente, a Rússia rejeitou nossos esforços para se engajar (com a OTAN). Em vez disso, a Rússia considera a OTAN e o Ocidente mais amplamente como um adversário. A Rússia pisoteou em todas as regras e compromissos que mantiveram a paz na Europa desde o fim da Guerra Fria. O padrão é claro. Da Moldávia a Geórgia, e agora na Ucrânia, a Rússia usou pressão econômica e ações militares para produzir instabilidade. Para fabricar conflitos” (RASMUSSEN, 2014b).¹⁰

As narrativas acima estão situadas dentro de uma construção da ontologia da identidade russa derivada da evolução de um

¹⁰ Do original em inglês: “Regrettably, Russia has rejected our efforts to engage. Instead, Russia considers NATO, and the West more broadly, as an adversary. Russia has trampled all the rules and commitments that have kept peace in Europe and beyond since the end of the Cold War. The pattern is clear. From Moldavia to Georgia, and now in Ukraine, Russia has used economic pressure and military actions to produce instability. To manufacture conflicts” (RASMUSSEN, 2014b, tradução nossa).

processo de diferenciação da temporalidade de Moscou ao longo das décadas anteriores. Inicialmente, nos anos 1990, atribuía-se à Rússia um discurso que a colocava “progredindo em direção ao “Eu”, portanto, com capacidade de mudança. Ao longo dos anos 2000, a OTAN inicia um processo discursivo de separação e diferenciação mais agudo da temporalidade russa como um país cujas ações a afastam do ocidente. A partir da situação ilustrada na Ucrânia, a OTAN expõe por meio de exemplos históricos as falhas em “civilizar” a Rússia e se utiliza do grau evolutivo da distinção espaço-temporal entre o ocidente e a Rússia para classificá-la como incapaz de transformação. Esta aparente incapacidade é crucial para impor a diferença entre a OTAN e Moscou, colocando-as em campos opostos, em particular quando o discurso procura explicar a continuidade dos conflitos na Europa Oriental (Moldávia, Geórgia e Ucrânia) como fruto de um descolamento progressivo da identidade russa em relação a da OTAN. Tal discurso acaba (re)produzindo a lógica espaço-temporal da OTAN enquanto o lado racional, benevolente e moderado e a Rússia como a oposição irracional, violenta e imprudente.

Esta construção é igualmente transposta na declaração final da cúpula de Newport, de modo a expor o “esforço” da OTAN em “construir uma parceria” com Moscou que, por sua vez, por sua incapacidade de mudança, segue o caminho de violação as regras vigentes:

Durante mais de duas décadas, a OTAN esforçou-se por construir uma parceria com a Rússia, inclusive através do mecanismo do Conselho OTAN-Rússia, baseado no Ato Fundador OTAN-Rússia [...]. A Rússia violou os seus compromissos, bem como violou o direito internacional, quebrando assim a confiança no centro da nossa cooperação. As decisões que tomamos na Cúpula demonstram nosso respeito pela arquitetura de segurança europeia baseada em regras (NATO, 2014a).¹¹

Diante deste quadro que fixa a temporalidade russa a partir do esgotamento da capacidade de mudança da Rússia, e da exaustão

¹¹ Do original em inglês: “For more than two decades, NATO has strived to build a partnership with Russia, including through the mechanism of the NATO-Russia Council, based upon the NATO-Russia Founding Act [...]. Russia has breached its commitments, as well as violated international law, thus breaking the trust at the core of our cooperation. The decisions we have taken at the Summit demonstrate our respect for the rules-based European security architecture” (NATO, 2014a, tradução nossa).

dos mecanismos institucionais da aliança, além da imposição militar, ratifica-se uma série de sanções ao Kremlin e a suspensão “de toda a cooperação civil e militar entre a OTAN e a Rússia,” relegando, assim, Moscou ao isolamento (NATO, 2014a). Conforme o trecho abaixo:

[...] apoiamos as sanções impostas pela União Europeia (UE), o G7 e outros, que são uma parte essencial do esforço internacional geral para abordar o comportamento desestabilizador da Rússia [...] Entre elas estão medidas tomadas pelos Aliados, incluindo Canadá, Noruega e Estados Unidos, bem como as decisões da UE de limitar o acesso a mercados de capitais para instituições financeiras estatais russas, restringir o comércio de armas, estabelecer restrições à exportação de bens de dupla utilização para fins militares, restringir o acesso russo a tecnologias sensíveis do setor de defesa e energia, e outras medidas (NATO, 2014a).¹²

De acordo com o exposto, a adoção do discurso de “agressão russa” configura a Rússia como radicalmente diferente e ameaçadora à OTAN e incapaz da mudança. Com efeito, fundados na presunção de Moscou como uma fonte desestabilizadora que traz o caos e o conflito para o Ocidente, os países “civilizados” aliados têm a responsabilidade de isolar e dissuadir a Rússia, ao invés de apoiá-la. As construções destes significados atuam, portanto, como um princípio moral do discurso que legitima e convoca a “comunidade internacional” a punir a Rússia por meio de sanções econômicas e militares.

Considerações finais

A produção das identidades do “Eu” exige a presença de um “Outro” que, por sua vez, é tido como ponto de referência para a validação, definição e performance política do “Eu.” Este processo se desenvolve de modo multifacetado e em várias instâncias que podem produzir “Outros” internos e externos a partir da presunção

¹² Do original em inglês: [...] we support the sanctions imposed by the European Union (EU), the G7, and others, which are an essential part of the overall international effort to address the destabilizing behaviour of Russia [...] Amongst these are measures taken by Allies including Canada, Norway and the United States, as well as the EU decisions to limit access to capital markets for Russian state-owned financial institutions, restrict trade in arms, establish restrictions for export of dual use goods for military end uses, curtail Russian access to sensitive defence and energy sector technologies, and other measures” (NATO, 2014a, tradução nossa).

que não há diferenças que não possam ser politizadas no nível estatal e, com efeito, serem utilizadas como definidoras de identidades. Todavia, a lógica estabelecida a partir da representação da diferença não pressupõe uma definição imediata do “Outro” como ameaça ou de uma reprodução necessariamente negativa de sua alteridade. No entanto, dada a instabilidade das identidades, o uso da diferença permanece disponível no nível estatal para que potencialmente seja transformada em perigo. Conforme argumenta Campbell (1992) abaixo:

Se todo significado é constituído através da diferença, então não pode haver declaração sobre a natureza do eu que é totalmente livre de suposições sobre o outro. Embora uma declaração positiva de alguma característica do eu possa ser desprovida de referência específica a uma outra, ela profere, não obstante, uma avaliação, pelo menos implícita, daqueles que poderiam ser considerados “Outros.” [...] a natureza dessa avaliação e seus efeitos podem variar consideravelmente: um contraste simples não precisa resultar automaticamente na demonização do Outro, e a diferenciação ou distanciamento de um outro não exige que seu relacionamento seja de violência. Mas, na medida em que a lógica da identidade requer diferença, o potencial para a transformação da diferença em alteridade sempre existe (CAMPBELL, 1992, p. 77-78)¹³.

Com base nesta ontologia, é possível inferir que a eclosão do conflito na Ucrânia foi apropriada discursivamente pela OTAN no sentido de construir a Rússia enquanto um ator radicalmente diferente e ameaçador à identidade do “Eu.” A narrativa de “agressão russa” promoveu a espacialização da ameaça circunscrita na fronteira leste da organização como meio para articular e justificar um conjunto de medidas de incremento militar, com vistas a reforçar o papel primário de segurança coletiva da Aliança. Ao fazê-lo, a OTAN fortalece a sua superioridade temporal e ética em relação aos contrastes antagônicos e inferiores do “Outro” russo,

¹³ Do original em inglês: “If all meaning is constituted through difference (an assumption upon which this analysis is based), then there can be no declaration about the nature of the self which is totally free of suppositions about the other. Although a positive declaration of some characteristic of the self might be devoid of specific reference to an other, it proffers nonetheless an at least implicit valuation of those who might be considered other. [...] the nature of that valuation and its effects can vary considerably: a simple contrast need not automatically result in the demonization of the other, and the differentiation or distantiation of one group from another does not require that their relationship be one of violence. But in so far as the logic of identity requires difference, the potential for the transformation of difference into otherness always exists.” (CAMPBELL, 1992, p. 77-78, tradução nossa)

possibilitando assim a elaboração mais densa da constituição de sua identidade em oposição à diferença russa. Esta construção revigora as linhas divisórias entre os partícipes da aliança enquanto pacíficos, benevolentes e democráticas e a Rússia como violenta, ofensiva e autoritária.

A narrativa espaço-temporal da OTAN de expansão dos valores da organização para Ucrânia se torna objeto de profunda contestação russa, justamente pelo fato da Rússia ter se constituindo para o ocidente enquanto um ente lateral e subalterno, não digno de vinculação com o ideário democrático da aliança. Assim, Moscou se impõe na Ucrânia no intuito de obstruir que a projeção de uma aliança construída a partir de valores exógenos e em oposição à identidade russa atinja seus nacionais na Ucrânia. A questão ucraniana revela uma clara disputa de identidades opostas entre si, cujos reflexos políticos reverberam como fonte de aperfeiçoamento da separação ontológica entre o ocidente e a Rússia.

Assim, verifica-se que a dimensão temporal é aplicada pela aliança ao fito de construir a Rússia como inferior e incapaz da mudança, portanto culpada pela instabilidade na Europa. A OTAN, neste caso, resgata as tentativas de cooperação com Moscou no âmbito do Ato Fundador Rússia-OTAN de 1997 e Conselho OTAN-Rússia de 2002, com o intuito de ilustrar os esforços ocidentais em atrair a Rússia à esfera ocidental, imputando à Rússia exclusividade na ausência de êxito nestes mecanismos institucionais. Ademais, a OTAN revisita um conjunto de conflitos no passado para denunciar a responsabilidade russa enquanto fonte desestabilizadora no continente europeu de modo a inferir a imutabilidade de sua natureza agressiva e beligerante. Desse modo, autoriza-se um conjunto de sanções econômicas e políticas à Moscou, a fim de enfatizar que o “avanço russo” na Europa não deve permitido, mas sim refreado.

Neste caso, a construção do “Outro” desempenha um papel ativo na elaboração da identidade do sujeito OTAN. Conforme explicitado, a formulação do “Outro” russo atendeu à aliança no propósito de estabelecer uma série de oposições e diferenciações do modo em que o ocidente circunscreveu os limites e as fronteiras discursivas de seu espaço e projetou sua definição identitária enquanto unicamente aceita na Europa.

Ao remate, aponta-se que os conflitos gerados na Europa Oriental no pós-Guerra Fria são derivados da política de expansão da OTAN e de seus valores para todo continente. É, em verdade,

inerente que tal política produza tais efeitos, pois esta se retroalimenta das exclusões e linhas divisórias que causa. Portanto, a própria exclusão russa deste processo, e, por conseguinte a utilização de Moscou enquanto ameaça ao “Eu” foi um requisito essencial para a obtenção do vigor e desempenho político da organização.

Referências

BEHNKE, Andreas. **NATO's Security Discourse after the Cold War: Representing the West**. 1 ed. London: Routledge, 2012.

CAMERON, David. “**NATO Summit 2014: PM End of Summit Press Conference**”. GOV.UK. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/nato-summit-2014-pm-end-of-summit-press-conference> Acesso em: 19 out. 2020.

CAMPBELL, David. **Writing security: US foreign policy and the politics of identity**. 1ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

DALBY, Simon. Imperialism, domination, culture: the continued relevance of critical geopolitics. **Geopolitics**, London, v. 13, n. 3, p.413-436, 2008.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. 1 ed. London: Routledge, 2006.

HJELMGAARD, Kim. NATO summit ‘most important’ since fall of Berlin Wall. **US TODAY**, [s.l.], 2014. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/news/world/2014/08/31/nato-summit-heads-of-statenewport-wales/14524803/> Acesso em: 19 out. 2020.

LUKYANOV, Fyodor. Putin's foreign policy. **Foreign Affairs**, New York: v. 95, n. 03, p. 30-37, 2016

MIELNICZUK, Fabiano. A crise da Ucrânia e suas implicações para as relações internacionais. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 23, p. 4-19, abr./maio 2014.

MOROZOV, Viatcheslav; RUMELILI, Bahar. The external constitution of European identity: Russia and Turkey as Europe-makers. **Cooperation and Conflict**, London, v. 47, n. 1, p. 28- 48, Mar. 2012.

NATO. 2014a. “Wales Summit Declaration Issued by the Heads of State and Government Participating in the Meeting of the North Atlantic Council in Wales”. **NATO**. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm Acesso em: 19 out. 2020.

NATO. 2014b. “NATO Leaders Pledge Support to Ukraine at Wales

Summit". **NATO**. Disponível em:
http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_112459.htm Acesso em: 19 out. 2020.

NEUMANN, Iver B. Russia as Europe's other. **Journal of Area Studies**, London, v. 6, n. 12, p. 26-73, Mar. 1998.

NEUMANN, Iver. **Uses of the other**: the East in European identity formation. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.

POULIOT, Vincent. **International security in practice**: the politics of NATO-Russia diplomacy. London: Cambridge University Press, 2010.

RASMUSSEN, Anders Fogh. **A strong NATO in a changed world**. Newport, 2014a. Disponível em:
https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_108215.htm Acesso em: 19 out. 2020.

RASMUSSEN, Anders. "NATO - Opinion: **A Force for Freedom** - Speech by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at Carnegie Europe, 2014b. Disponível em:
https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_113063.htm?selectedLocale=en Acesso em: 19 out. 2020.

SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine**: crisis in the borderlands. London: I.B Tauris, 2015

WALKER, Rob B. J. **Inside/outside**: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEBER, Cynthia. Performative States. **Millennium**: Journal of International Studies, London, v. 27, n. 1, p. 77-95, mar. 1998.

WILLIAMS, Michael C.; NEUMANN, Iver B. From alliance to security community: NATO, Russia, and the power of identity. **Millennium**: Journal of international studies, London, v. 29, n. 2, p. 357-387, jun. 2000.

WOLFF, Larry. **Inventing Eastern Europe**: The map of civilization on the mind of the enlightenment. Stanford: Stanford University Press, 1994.

Recebido em 27/10/2020
Aprovado em 22/02/2021